

Um olhar renovado sobre o chamado divino a ‘cuidar e cultivar’: a questão da essência administrativa

A renewed look at the divine call to ‘take care and cultivate’: the question of an administrative essence

Una mirada renovada al llamado divino a ‘cuidar y cultivar’: la cuestión de la esencia administrativa

Recebido: 03/08/2022 | Revisado: 11/08/2022 | Aceito: 13/08/2022 | Publicado: 22/08/2022

Odirlei Arcangelo Lovo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0576-9284>
Universidade Federal de Rondônia, Brasil
E-mail: oalovo@gmail.com

Mário Antônio Sanches

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5794-2272>
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil
E-mail: m.sanches@pucpr.br

Resumo

O objetivo deste artigo é propor uma reflexão sobre o próprio ser humano, que é chamado a colaborar com Deus no cuidar e cultivar a criação. Apresenta-se a indagação: o que possibilita à pessoa ser um colaborador de Deus? Trata-se de construção de narrativa, para qual os dois núcleos fundamentais de dados, textos e informações foram a Doutrina Social da Igreja e os documentos do Magistério que elucidam o projeto, a vivência e a dinâmica familiar. A narrativa apresenta que a pessoa, em esponsalidade com o Criador, se torna o ato administrativo de Deus no mundo, elucidada-se, então, a ‘essência administrativa’, o dom primeiro, com o qual Deus dirige-se ao ser humano no chamado/mandado a cuidar e cultivar o jardim. Suscita-se a pessoa enquanto o ato administrativo de Deus no mundo, fomentando que é em família que os filhos/Ben de Deus devem cuidar da terra e se tronar a nação dos filhos/povo de Deus, nação sem limitações geográficas, alicerçada no amor e na confiança no Reino de Deus que se faz na contingência da criação sob a administração humana.

Palavras-chave: Criação; Cuidar; Cultivar; Essência administrativa; Responsabilidade.

Abstract

The aim of this article is to propose a reflection on the human being himself, who is called to collaborate with God in taking care and cultivating the creation. The question is presented: what enables the person to be a collaborator of God? It is a narrative construction, for which the two fundamental nucleus of data, texts and information were the Social Doctrine of the Church and the documents of the Magisterium that elucidate the project, experience and family dynamics. The narrative presents that the person, in alliance with the Creator, becomes the administrative act of God in the world, then elucidates the 'administrative essence', the first gift with which God addresses the human being in the call/sent to care and cultivate the garden. The person is raised as God's administrative act in the world, fostering that it is in the family that the children/Ben of God must care for the earth and to become the nation of the children/people of God, a nation without geographical limitations, based on love and trust in the Kingdom of God that is made in the contingency of creation under human administration.

Keywords: Creation; Caring; Cultivate; Administrative essence; Responsibility.

Resumen

El propósito de este artículo es proponer una reflexión sobre el ser humano mismo, que está llamado a colaborar con Dios en el cuidado y cultivo de la creación. Se presenta la pregunta: ¿qué hace posible que una persona sea colaboradora de Dios? Se trata de la construcción de una narrativa, para lo cual los dos núcleos fundamentales de datos, textos e informaciones fueron la Doctrina Social de la Iglesia y los documentos del Magisterio que dilucidan el proyecto, la experiencia y la dinámica familiar. El relato presenta que la persona, en el desposorio con el Creador, se convierte en el acto administrativo de Dios en el mundo, entonces se dilucida la 'esencia administrativa', el don primero, con el que Dios se dirige al ser humano en el llamado/enviado para atender y cultivar el jardín. La persona se plantea como el acto administrativo de Dios en el mundo, promoviendo que sea en la familia donde los hijos/Ben de Dios deben cuidar la tierra y convertirse en la nación de los hijos/pueblo de Dios, una nación sin límites geográficos.

limitaciones, basado en el amor y en la confianza en el Reino de Dios que se hace en la contingencia de la creación bajo la administración humana.

Palabras clave: Creación; Cuídate; Cultivar; Essencia administrativa; Responsabilidad.

1. Introdução

A Essência Administrativa se apresenta de forma basilar para compreensão do ser humano administrador da Criação. Narrar o ser humano enquanto o *homo ad-minister*, se faz necessário, para que se possa elucidar a importância da vida humana no mistério da criação onde o ser humano é chamado/mandado ao ‘cuidar e cultivar’¹ (Gn 2,15) bem como ao mistério em que o Verbo de Deus se faz carne.

Neste sentido, Cristo evidencia que “a vinda do Reino de Deus não é observável. Não se poderá dizer: ‘Ei-lo aqui! Ei-lo ali’, pois eis que o Reino de Deus está no meio de vós. É o Reino de Deus que se aproxima e já está no meio de nós” (Lc 17,21), é notório que “o Reino já está misteriosamente nesta terra” (João Paulo II, 1987, nº 48) e, por isso, elucidada-se a importância de compreender que o ser humano como “administrador responsável”, como veremos abaixo.

Sobre essa perspectiva, se alça a apresentar um novo olhar sobre o chamado/mandado a cultivar e guardar/cuidar o jardim, lança-se à indagação: qual o primeiro dom, dom dos dons, possibilitado à pessoa ao ser criada à imagem e semelhança de Deus? Em desdobramento a essa indagação se apresenta o termo ‘Essência Administrativa’ e ‘Esponsalidade’, preponderando que ao ser humano é possibilitado, sob os desígnios do Criador, edificar-se como administradores.

Apresenta-se em concomitância ao termo administrador, o termo cocriador, isso se faz no sentido de que Deus “criando um mundo necessitado de desenvolvimento, onde muitas coisas que consideramos males, perigos ou fontes de sofrimento, na realidade fazem parte das dores de parto que nos estimulam a colaborar com o Criador” (Francisco, 2015, nº 80).

Deus se faz participante da história de cada pessoa, diante do livre-arbítrio, ou seja, na vontade humana que deseja projetar a imagem de Deus à criação, portanto o ser humano “descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho” (João Paulo II. 1991, nº 37), ainda é preciso que o ser humano não se esqueça de que esse trabalho “se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus” (João Paulo II. 1991, nº 37).

Quando se enfatiza que a criação estimula o ser humano “a colaborar com o Criador” (Francisco, 2015, nº 80), e que assim pode “criar o mundo com o próprio trabalho” (João Paulo II. 1991, nº 37), movimenta-se no sentido de compreender o ser humano, que é administrador, como um cocriador da obra de Deus, e neste sentido “Escolhemos o termo ‘co-criador criado’ para articular o que significa a humanidade sob a vontade de Deus. Este termo fala de dependência, de poder e autoridade dados por Deus e de liberdade dentro da finitude” (Hefner, 1987, p. 324).

Há aqui a consciência de que o termo administrador envolve/abarca a cocriação, todavia, enseja-se utilizar os dois termos ‘*ad-minister e co-criador*’ para apresentar o núcleo básico sobre o qual se desenvolverá estes artigos, onde “O *humanum* primordial que surge da criação de Deus é constituído pelo chamado (destino) e pela capacidade de participar como co-criador ordenado do ímpeto criativo de Deus” (Hefner, 1987, p. 328).

O intuito é aproximar, apresentar e propor ao leitor uma reflexão sobre o próprio ser humano, a partir de si, da pessoa que é capaz de colaborar com Deus. Apresenta-se a indagação: o que possibilita à pessoa ser um colaborador de Deus? Pontua-se que habita o ser humano a ‘essência administrativa’, um Si de Deus que, como Dom primeiro, possibilita compreender a Graça de ser concebido à imagem e semelhança de Deus Criador.

O planejamento da pesquisa, os esquemas de resolução dos problemas e a objetivação das hipóteses permitiram aos pesquisadores aproximarem-se dos objetivos e, com isso, a pesquisa fomenta narrativas verificáveis. A pesquisa foi

¹ “É importante ler os textos bíblicos no seu contexto, com uma justa hermenêutica, e lembrar que nos convidam a ‘cultivar e guardar’ o jardim do mundo (cf. Gn 2, 15). Enquanto ‘cultivar’ quer dizer lavrar ou trabalhar um terreno, ‘guardar’ significa proteger, cuidar, preservar, velar.” (Francisco, 2015, nº, 67).

desenvolvida sobre afirmativas administrativas e teológicas e enquanto *'pano de fundo'* fomenta-se a parentalidade, a economicidade e a sociabilidade humana.

2. Metodologia

É afirmativa a associação e interrelação, enquanto metodologia, entre Teologia e Administração, de modo que, realizar a vontade de Deus – esponsalidade – significa administrar a criação e, por isso, há *práxis* teológica e, à medida que se faz teologia, compreende-se como administrar a Criação e, neste sentido, subentende-se que “a vida que Deus oferece ao homem, *é um dom, pelo qual Deus participa algo de Si mesmo à sua criatura*” (João Paulo II, 1995, nº 34).

Eis que “Iahweh Deus tomou o homem e o colocou no jardim de Éden para o cultivar e o guardar” (Gn 2,15). Sendo dever do ser humano cultivar o jardim, insere-se o momento posterior, a necessidade de administrar e cocriar. Administrar e dar significado, sentido e possibilidades ao que existe, avançando sobre o que não é possibilitado, mas que se alça em ser possibilitado, no futuro, pela ação humana, mediante a essência administrativa.

O humano se *desenvolve*, mediante a essência administrativa e se torna ato administrativo de Deus na criação. Enseja-se que a esperança é constitutiva da ação necessária em perspectiva do reino esperançado, é preciso compreender que “a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável” (Francisco, 2015, nº 116).

Diante do que se apresenta em epígrafe, procurou-se a elucidação de questões que estão relacionadas ao ser humano, vertendo-se a compreendê-lo como administrador da obra de Deus. Mediante os procedimentos metodológicos, conduziu-se às possibilidades, às interpretações e às informações, na afirmativa que “uma narrativa é composta por uma sequência singular de eventos, estados mentais, ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou autores” (Bruner, 2002, p. 46).

A narrativa tem por finalidade explorar, aprofundar e dar respostas às particularidades, onde a realidade não pode, ou não deve ser quantificada, particularizando ainda que, “Uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias” (Clandinin & Connelly, 2011, p.18).

Para explorar o universo dos significados, das aspirações, das crenças, dos valores e *práxis* humana, utilizou-se, para a narrativa, dois núcleos fundamentais de dados, textos e informações, a saber: os documentos que constituem a (DSI) – Doutrina Social da Igreja; e os documentos que elucidam o projeto, a vivência e a dinâmica familiar, segundo a igreja católica. O uso desses dois núcleos tem por base, sua universalidade, isto é, são documentos que se destinam a toda a humanidade, diante dos dons de cada pessoa.

Esta pesquisa tem como perspectiva o diálogo e correspondência com a teologia cristã católica, a narrativa será embasada nos documentos da Igreja Católica, a saber: *Rerum novarum* (1891); *Quadragesimo anno* (1931); *Mater et magistra* (1961); *Pacem in terris* (1963); *Gaudium et spes* (1965); *Populorum progressio* (1967); *Octagesima adveniens* (1971); *Laborens excercens* (1981); *Sollicitudo rei socialis* (1987); *Centesimus annus* (1991); e o Compêndio da Doutrina Social da Igreja (2004); *Caritas in veritate* (2009); e *Laudato Si'* (2015).

Quanto aos documentos que elucidam o projeto, a vivência e a dinâmica familiar, seguem: *Casti connubii* (1930); *Humanae vitae* (1968); *Familiaris consortio* (1981); *Donum vitae* (1987); *Mulieris dignitatem* (1988); Cartas às mulheres (1995); *Evangelium vitae* (1995); *Dignitas personae* (2008); e *Amoris laetitia* (2016).

Cada um dos itens da pesquisa foi desenvolvido, tendo por base os textos/documentos apresentados. Como pontos de discernimento, pesquisou-se fontes/obras para dar às narrativas, sentido de diálogo, com fundamentações de teólogos que não estão inseridos nos dois núcleos apresentados. As obras foram escolhidas pelo próprio pesquisador, tendo como critério a afinidade com o texto, sendo este o critério metodológico para sua escolha.

3. Resultados e Discussão

Cada um dos itens da pesquisa foi desenvolvido tendo por base os textos/documentos apresentados. Como pontos de discernimento, foram pesquisadas fontes para dar às narrativas um sentido de diálogo, com fundamentações de teólogos que não estão inseridos nos dois núcleos apresentados.

3.1 O Homo Ad-Minister: húmus da terra

Inicialmente apresentar-se a palavra, ‘administrador’ e, o que se busca com essa palavra. Ao se referir à palavra administrador, há a busca por seu significado na etimologia, e move-se no sentido de afirmar o que é o ser humano, e nesse sentido “a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável” (Francisco, 2015, nº 116).

Para compreender o *homo ad-minister*, é importante que a palavra administrador seja decolonizada do sentido de representar uma pessoa, sob a qual reside a autoridade sobre as instituições e pessoas. Ainda em alusão à palavra ‘*minister*’, assim como a palavra ‘*ad-minister*’, há uma origem em comum, de modo que administrar tem origem em ‘*minus*’, desta a ‘*minister*’ que designa a pessoa como ‘servo’ e/ou como ‘ajudante’ e, posteriormente, como ministro de Deus.

Quando a palavra *minister* é precedida do prefixo ‘*ad*’, que tem sentido de ‘direção à – tendência’, compreende-se a expressão ‘*ad-minus, ad-minister*’, e sobre o qual se desvela o “*homo ad-minister*”, o humano administrador e cocriador da obra de Deus, o *homo ad-minister* é aquele que está a serviço de Deus, é mordomo que, fazendo a vontade de Deus, é o ato administrativo de Deus na criação.

O ser humano é capaz de intuir, prever, planejar e desenvolver-se na medida em que desenvolve com Deus, toda a criação. A pessoa é, então, em esponsalidade com o Criador, o cocriador e administrador da criação, na contingência de um reino em desenvolvimento. A palavra administrador é analisada no sentido de compreender que habita o íntimo do ser humano a essência administrativa e, nesse sentido, o “Dom de Administração”, (Millard, 2011, p. 61), é definido como “Um dos dons espirituais: capacidade de administrar. (1Co 12:28)” (Millard, 2011, p. 61).

Ainda no mesmo sentido, a conceituação da palavra “Mordomia” (Millard, 2011, p. 129), apresenta a *práxis* de vida humana e sua relação com a casa comum, ao enfatizar que a mordomia é “Administração cuidadosa dos recursos do reino de Deus confiados a uma pessoa ou a um grupo” (Millard, 2011, p. 129). A palavra mordomo é utilizada para referir-se ao ser humano, enquanto um ser a serviço de Deus.

Esse serviço/mordomia é aqui compreendido como o cocriar e o administrar o reino em sua contingência, de modo que a esperança “só vem para aqueles que constroem o futuro reino da terra, com os meios que, em cada momento e com permanente novidade epocal, nos são oferecidos e que assim fazem constantemente mudar esse mesmo plano de futuro” (Rahner, 1969, p. 179).

Ao centrar-se em específico na palavra ‘administrador’ perpassa-se pela palavra *oikonomos*, porque a “Mordomia (gr. *oikonomia*, que significa ‘administração de um lar’), a administração de deveres ou bens pelos quais a pessoa é responsável” (Walter, 2009, p. 552). Remete-se ao ser humano, enquanto um ser à imagem e semelhança de Deus e, com isso, cada ser humano, mediante a própria história, “pode ser entendido como o guardião da possibilidade, do planejamento através do qual é direcionada a mordomia fisicamente ancorada da pessoa humana” (Sponheim, 1987, p. 396).

Cada pessoa vive o mandado de ser administrador e cocriador do reino de Deus, com base nos subsídios, nas necessidades e nas possibilidades que estiverem à disposição; nesse sentido, a essência administrativa é *práxis* e movimenta-se no sentido de que “o novo critério da teologia e da fé se encontra na *práxis*” (Jurgen M. *apud* Braaten, 1987, p. 46).

Quando se enfatiza que a essência administrativa é *práxis*, fundamenta-se que é produto/fruto de esponsalidade com o Criador, de tal modo que, “a *práxis* transformadora pode ser apenas a realização histórica da reconciliação que o evangelho

anunciou ao mundo através da ação de Deus em Cristo” (Braaten, 1987, p. 47). A essência administrativa é decorrente da esponsalidade e, se fundamenta na relação com o Criador, pois “semelhança de Deus significa, em primeiro lugar, *a relação de Deus para com a pessoa* e, somente então, a partir disso a *relação da pessoa para com Deus*” (Moltmann, 1993, p. 318).

Toda pessoa participa, ativamente, dos momentos contingentes da vida e vivência humana. Na totalidade do reino que se desenvolve, fundamenta-se que o ser humano “através da memória, torna presente o passado e, através da expectativa, torna presente o futuro, proporcionando, assim, uma relativa unidade do tempo” (Moltmann, 1993, p. 179). É basilar que “o critério do evangelho vem primeiro; a *práxis* é sempre um segundo passo” (Braaten, 1987, p. 47), portanto, a esponsalidade é a base, é a relação de amor com o Criador, sob a qual subsiste a essência administrativa.

O humano é o administrador e cocriador da obra de Deus, possibilitando que o momento posterior seja preenchido de significado e significância, mediante as dimensões de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade, em esponsalidade com o Criador. Então se considera o humano sendo cocriador e administrador, em família, da obra de Deus. Fundamentou-se o sentido da palavra administrador e cocriador, enquanto pessoa a serviço de Deus, para quem o ser humano é o *homo ad-minister*.

3.2 O Homo Ad-Minister: sentido nato de administrar

A esponsalidade propulsa a essência administrativa, *práxis* de vida e vivência de cada pessoa, na resposta livre e amorosa do ser humano ao Criador, isso porque “Deus colocou o ser humano no jardim recém-criado (cf. Gn 2,15), não só para cuidar do existente (guardar), mas também para trabalhar nele a fim de que produzisse frutos (cultivar)” (Francisco, 2015, nº 124).

Habita o ser humano um sentido nato de administrar: abstrair, planejar, organizar, executar e controlar, aqui entendidos como elementos da Essência Administrativa. A narrativa se propõe a edificar e a aproximar-se do sentido humano de significar, nomear, dar sentido e finalidade a si mesmo para administrar e colaborar com a obra de Deus.

O sentido nato de administrar propicia ao ser humano decidir com base no passado, no presente e na expectância, o que será no futuro. Abstraem-se das coisas que existem, as coisas que se deseja, de forma que a esperança é constitutiva do agir necessário, em função do objetivo esperado. Administrar é dar sentido, significado e possibilidades ao que existe, avançando ao não possibilitado. Verifica-se a singularidade existente entre a essência administrativa e a prudência, de modo que a “prudência” (João Paulo II, 2004, nº 547) é elemento da essência administrativa.

O planejamento/esperança é em função do que se deseja ser no futuro, todavia, compreende as etapas necessárias para sua realização. Poder-se-ia ainda mencionar que, administrar é fazer no presente, o necessário para que se tenha o futuro desejado, pois, “A disposição atual contém, inevitavelmente, toda a vida anterior, porque não se pode voltar para além do passado. Este é conservado no presente da pessoa; presente a partir do qual se firma todo ato, e no qual o homem dispõe, livre e inteiramente, de si mesmo” (Rahner, 1969, p. 222).

Conforme se pode observar, “a prudência se articula em três momentos: clarifica a situação e a avaliação, inspira a decisão e dá impulso à ação” (João Paulo II, 2004, nº 547). O primeiro momento da prudência prefigura-se à busca por conhecimento do ambiente, sob o qual acontecerá o agir do ser humano, deve então ser “qualificado pela reflexão e pela consulta para estudar o argumento requerendo o necessário parecer” (João Paulo II, 2004, nº 547).

O juízo, a análise e a avaliação compreendem o sentido nato de administrar; são os preceitos sobre os quais as decisões são embasadas e, nesse sentido, sob o segundo enfoque da prudência, é possível afirmar que “é o momento de avaliação da análise e do juízo sobre a realidade à luz do projeto de Deus” (João Paulo II, 2004, nº 547).

A dimensão de economicidade associada ao movimento ecológico do ser humano na criação torna enfático que é necessário, “um *novo jeito de pensar sobre Deus*. Não mais a diferenciação entre Deus e o mundo está no centro, mas do reconhecimento da presença de Deus no mundo e da presença do mundo em Deus” (Moltmann, 1993, p. 32).

Para efeito de essência administrativa estabelece-se que o momento da decisão, funda-se sobre o efeito do que é necessário executar na realização do que se administra, sob o enfoque da prudência; firma-se que “o terceiro momento, aquele da decisão, baseia-se sobre os falsos precedentes e que tornam possíveis o discernimento das ações a serem realizadas” (João Paulo II, 2004, n° 547).

A essência administrativa desperta o humano para sua humanidade, diante dos subsídios, das necessidades e das possibilidades, em um lastro de desenvolvimento e comunhão com a família humana. O dom primeiro da vida humana é a essência administrativa, fruto da esponsalidade com o Criador e, nesse sentido, o ser humano é, desde sempre, chamado para “cultivar e o cuidar do Jardim” (cf. Gn 2,15) e, “detém uma responsabilidade específica sobre o *ambiente de vida*, ou seja, sobre a criação que Deus pôs ao serviço da sua dignidade pessoal, da sua vida” (João Paulo II, 1995, n° 42).

O livre-arbítrio é reconhecido como a própria responsabilidade de administrar e cocriar o jardim e cuja responsabilidade se dá “não só em relação ao presente, mas também às gerações futuras” (João Paulo II, 1995, n° 42). Falar de um reino em desenvolvimento é elevar-se, em consciência e esponsalidade, na compreensão de que “é o momento em que Deus recua e entrega aos humanos um pouco mais, o futuro de toda a criação” (Sanches, 2007, p. 155).

O ser humano, diante de sua própria vida e vivência, edifica-se na dinâmica do tempo/espço, desenvolve-se no privilégio exclusivo de sua vida, onde tudo se sucede um momento após o outro, sem direito a regresso. Compreende-se o passado, o presente, a expectativa e o futuro. O tempo cronológico é observado em seu sentido de escatologia, porque “Este *germe de totalidade e plenitude* anseia por se manifestar no amor e realizar-se, por dom gratuito de Deus, na participação da sua vida eterna” (João Paulo II, 1995, n° 31).

É a memória humana que abstrai do vivido/passado, o bem e o mal. A própria cultura diz, muito, sobre o atual sentido da obra de Deus mediante o agir humano, pois é notório que o Criador, “Pôs no coração a duração inteira, sem que ninguém possa compreender a obra divina de um extremo ao outro (Ecl 3, 11)” (João Paulo II, 1995, n° 31).

É na dinâmica do tempo/espço que o ser humano expecta a própria vida e vivência na criação, revelando sua imagem e semelhança de Deus, na essência administrativa que é *práxis*. O sentido nato de administrar possibilita, ao ser humano, a sensibilidade de se apresentar ao mandado/chamado de Deus, para administrar o cocriar o reino.

3.3 Esponsalidade e a Essência Administrativa

Há de se apresentar que o mistério, no agir humano, continua a ser a (r)evolução de conhecimento, apresentam-se maneiras de fazer, ferramentas para fazer e, com isso, novas realidades se formam a partir das coisas que o ser humano desenvolve. Esse agir é *práxis* de significar e dar sentido à obra de Deus, é participar delas. Nesse sentido, apresenta-se a seguinte indagação: qual é o primeiro Dom, Graça de Deus à vida humana, para ser e agir, como imagem e semelhança de Deus?

Responde-se a essa indagação, com a expressão ‘*Essência Administrativa*’, apresentando, neste artigo, o convite a uma profunda inspiração sobre a vida humana na criação de Deus. Inspiração que se estabelece na esponsalidade com o Criador, sendo possível afirmar que a criação é uma obra continuada, uma cocriação na qual é conferida ao ser humano a capacidade de desenvolver o reino com Deus.

A essência administrativa pode ser compreendida na natureza humana que remete a “significar a criação” (cf. Gn 2,19-20), no mandado de cultivar e guardar o Jardim (cf. Gn 2,15), no chamado a ir à parentalidade na formação da família humana, quando “Deus os abençoou e lhes disse: ‘Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a’” (Gn 1,28) e,

que cada pessoa possa se tornar “servidores de Cristo e administradores dos mistérios de Deus. Ora, o que se requer dos administradores é que cada um seja fiel” (1Co 4,1-2).

Toda pessoa é partícipe das decisões e ações que propiciam a edificação do Reino, onde “A ideia de um mundo sem desenvolvimento exprime falta de confiança no homem e em Deus” (Bento XVI. 2009, nº 14). Conforme os preceitos teológicos destacam-se, que a referida citação pode se prospectar sobre o preceito de “um conceito de criação tripartidário: criação original (*‘creatio originalis’*) – criação continuada (*‘creatio continua’*) – nova criação (*‘creatio nova’*)” (Moltmann, 1993, p. 300).

Na Criação original, Deus soprou ao íntimo humano, a Essência de Si, com a qual cocria, administra e rege toda a criação que, por Seu gesto de amor, surge do nada/*ex-nihilo* para além de Si. É o ser humano no mundo, pessoa à imagem e semelhança de Deus, emergido no *húmus* da criação na natureza Divina, com o propósito de e administrar o que é criado no gesto de amor e vontade pessoal do Criador.

O agir humano é, sobretudo, um chamado/mandado para que a vida humana possa fazer proliferar a vontade pessoal de Deus e, nesse sentido, se aponta que “Todos vós, conforme o dom que cada um recebeu, consagrai-vos ao serviço uns dos outros, como bons despenseiros da multiforme graça de Deus” (1Pd 4,10).

Esse texto fomenta a participação do ser humano na Criação Continuada, na qual, o ser humano é o administrador e cocriador, em esponsalidade com Deus. Uma criação em desenvolvimento compreende reconhecer que “A criação é, em sua própria essência, histórica; isto significa que está sempre em trânsito” (Hefner, 1987, p. 342). Sendo assim, confiar no ser humano é, portanto, compreender que, “Quem quer que tenha recebido da divina Bondade maior abundância, quer de bens externos e do corpo, quer de bens da alma, recebeu-os com o fim de os fazer servir ao seu próprio aperfeiçoamento, e, ao mesmo tempo, como ministro da Providência, ao alívio dos outros” (Leão XIII, 1891, nº 12).

A Graça precede o Dom, os dons possibilitam o livre-arbítrio e, nesse sentido, o ser humano torna-se a ação necessária, para que a Graça de Deus possa ser compreendida, partilhada e vivenciada como a Providência Divina, “De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, e Deus apela por nosso intermédio. (2Co 5,20)” (Jenson, 1987, p. 123).

A Essência Administrativa habita o íntimo humano, em processo de alteridade e correspondência. A esponsalidade e a essência administrativa promovem a capacidade de compreender e tornar-se sujeito, diante de tudo o que o faz perceber enquanto ambiente de convívio, esperando e expectando o ser humano ao ato amoroso.

A expectativa é elemento da essência administrativa, possibilita a perspectiva do reino que Deus esperança à vida e vivência humana, de tal modo que “O homem é chamado a uma plenitude de vida que se estende muito para além das dimensões da sua existência terrena, porque consiste na participação da própria vida de Deus” (João Paulo II, 1995, nº 2).

Deduz-se que “Quando a faculdade da imaginação é plenamente atuante, ela faz com que a mente humana adquira consciência de que há outra dimensão da realidade que ainda não existe” (Braaten, 1987, p. 41), sentido em que é evidente que “o criar no início é *sem precedentes*” (Moltmann, 1993, p. 300). Efetivamente, o agir humano na criação é possibilitado mediante a aliança de Deus para com a pessoa – esponsalidade, na doação da dignidade de pessoa, concebida à imagem e semelhança de Deus.

No mistério, de esponsalidade, a criação se desenvolve tendo por base seus mistérios de criatura, ou seja, uma base original das coisas possibilitadas por Deus. Isso significa que o ser humano é a criatura que cocria e administra os mistérios de Deus, de modo que “o criar histórico *pressupõe a criação*” (Moltmann, 1993, p. 300). Ser imagem e semelhança de Deus, na resposta humana que cultiva e guarda o jardim, é aceitar ser aquilo que o ser humano é.

3.4 Ato administrativo de Deus na criação

O humano é formado no *húmus* da Criação, é habitado pelo Si de Deus, possibilitando ao humano estar em esponsalidade, da qual decorre a essência administrativa, é o ser humano o ato administrativo de Deus na Criação. Quando se fala do ser humano, é preciso enfatizar que não se trata apenas de um indivíduo, o ser humano “*é uma pessoa, não só um indivíduo. O termo ‘pessoa’ indica uma natureza dotada de inteligência e vontade livre*” (João Paulo II, 2004, nº 391).

Há o mandado e o chamado de Deus, pelo qual o ser humano se põe a cocriar e administrar e, nesse sentido, o ser humano, enquanto desenvolve o reino, alimenta-se do Espírito de Deus Criador, mesmo porque, “apenas conservar, sem evoluir é traição aos desígnios divinos; agir de qualquer modo, correndo o risco de acrescentar ainda mais dor à criação é igualmente traição” (Sanches, 2007, p. 155).

Aos humanos, é capacitada a essência administrativa, “O criar de Deus *na história* acontece sob o pressuposto do criar de Deus no início. É um *criar naquilo que foi criado*” (Moltmann, 1993, p. 301), e, nesse sentido, o ser humano, concebido à imagem e semelhança de Deus, prospecta essa imagem ao reino, quando é administrador e cocriador, segundo os dons e capacidade de cada pessoa.

O cocriar sugere um efeito administrativo, é um “cultivar e guardar a criação” (cf. Gn 2,15) é manter a vida humana na contingência do reino, de forma concomitante cada pessoa, possa obedecer à ordem divina: “Sede fecundos, e multiplicai-vos” (Gn 1,28). Ser administrador e cocriador é fazer, segundo a vontade pessoal de Deus Criador, ou seja, em um processo, aqui compreendido como esponsalidade humana com o Criador.

Pontua-se o ser humano e sua capacidade de relação com Deus, com o próximo e com a criação; no entanto, antes de apresentar a ‘essência administrativa’ é preciso apresentar a esponsalidade, a relação de Deus para com a pessoa. A esponsalidade fundamenta-se na relação primeira, na qual Deus, por seu amor, edifica a vida humana na relação pessoal, isto é, no Chamado a Si e no Mandado de Si.

Há, portanto, no humano, a capacidade de passado, presente, expectativa e futuro, de forma que “existe o presente do que passou, que se chama memória; o presente do que é presente, chamado aparência (*augenschein*); o presente do que é futuro, chamado expectativa” (Moltmann, 1993, p. 175).

Quando se fala de esponsalidade com o Criador, enfatiza-se que “a relação do homem com o mundo é um elemento constitutivo da identidade humana. Trata-se de uma relação que nasce como fruto da relação, ainda mais profunda, do homem com Deus” (João Paulo II, 2004, nº 452) e é essa relação profunda, cocriadora e administradora, que subsiste em esponsalidade.

A esponsalidade ocorre na relação de cada ser humano com Deus, para que possa habitar o reino em comunhão e sociabilidade, mesmo porque se há em si “o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também os seus corpos mortais, por meio de Seu Espírito que habita em vocês” (Jenson, 1987, p. 125). O ser humano, sujeito às leis implícitas da criação, quando em esponsalidade com o Criador, desperta a essência administrativa, *práxis* de vida e vivência humana na criação.

A relação de amor com o Criador, com a criação e consigo mesmo, direciona ao conhecer o Amor Criador, e, com isso, se eleva ao entendimento e à consciência da imagem que se deve prospectar para que se que se perceba cada pessoa segundo o Criador; assim, “ao conhecer Deus e confiar nele somos envolvidos num relacionamento que nos leva a uma série de atividades. A alegria por causa de Deus e o serviço de Deus se unem à medida que se continua nessas atividades” (Sponheim, 1987, p. 269), fundamenta-se que, a essência administrativa, é *práxis*, “Na realidade, a intervenção humana que favorece o desenvolvimento prudente da criação é a forma mais adequada de cuidar dela, porque implica colocar-se como instrumento de Deus para ajudar a fazer desabrochar as potencialidades que Ele mesmo inseriu nas coisas: ‘O Senhor produziu da terra os medicamentos; e o homem sensato não os desprezará’ (Sir 38, 4)” (Francisco, 2015, nº 124).

Menciona-se, o ser humano, como o ser capaz de ser o ato administrativo e cocriador de Deus na criação. O ser humano é habitado pelo Si de Deus, e mais que um ser racional, torna-se um ser capaz de compreender as necessidades, as possibilidades e os subsídios, com os quais se administra o espaço, a vida e a comunhão com toda criação, na Graça e Providência de Deus.

Toda pessoa é um cocriador e administrador da obra de Deus, o humano é, por essência, o *homo ad-minister*, um ser possibilitado a ser o guardião da possibilidade, *práxis* de vida e vivência humana na esponsalidade com o Criador. O domínio (Gn, 26) conferido ao ser humano é o de ser filho de Deus, portanto, um domínio que se insere no agir humano em aliança com o Criador.

3.5 Filhos/Ben: que dominem

Apresenta-se o ser humano, enquanto filho de Deus, administrador e guardião da criação. A vida humana estabelece-se em um Reino Criado por Deus, isso implica reconhecer que a vida humana é dependente de uma base original das coisas criadas e possibilitadas por Deus. O ser humano avança em direção ao não possibilitado e, mediante a essência administrativa, põe-se livremente, a desenvolver a criação, como ato administrativo de Deus.

É notório que, entre a Graça e a Providência Divina, há a ação humana e, que mediante, a essência administrativa, possibilita administrar as necessidades, as possibilidades e os subsídios, bem como enunciam um convite de Deus a governar o mundo. É significativa a observação de que “no Antigo Testamento, a palavra que aparece mais vezes depois da designação divina (YHWV, o ‘Senhor’) é ‘filho’ (*ben*), um termo que remete ao verbo hebraico que significa ‘construir’ (*banah*)” (Francisco, 2016, nº 14).

No mandado/chamado para “cultivar e guardar o jardim” (cf. Gn 2,15), a atitude humana que se estabelece entre a Graça e a Providência Divina, pode ser elucidada em virtude de que “a graça não é perfeição da natureza, mas a preparação messiânica do mundo para o Reino de Deus” (Moltmann, 1993, p. 26), ou seja, uma preparação para que o ser humano se edifique enquanto administrador e cocriador da obra de Deus, ainda que, “O comportamento de Deus no governo do mundo, que demonstra tão grande consideração pela liberdade humana, deveria inspirar a sabedoria dos que governam as comunidades humanas. Estes devem comportar-se como ministros da providência divina” (João Paulo II, 2004, nº 383).

A associação e interrelação, entre, Teologia e Administração, tornam explícito a importância da esponsalidade com o Criador, isso porque, à medida que se administra a criação, põe-se em esponsalidade com Deus e, por isso, há *práxis* teológica e, à medida que se faz teologia, compreende-se como administrar a Criação de Deus, comportando-se assim “como ministros da providência divina” (João Paulo II, 2004, nº 383).

Sugere-se que o ser humano se comporte como ministro, reconheça-se como o *homo ad-minister*, de modo que entre o anúncio evangélico e a *práxis* de vida e vivência humana, há “laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto de problemas sociais e econômicos” (João Paulo II, 2004, nº 66).

Na compreensão da economicidade humana, é possível destacar que é respeitável fazer teologia global, e lidar com o fato de que se administra a família humana na criação de Deus. Tal fato desempenha um papel fundamental na educação do ser humano. Quando se diz da essência administrativa, fala-se da capacidade de administrar, assim como da capacidade de ser administrado, sem que, para isso, o ser humano se afaste do livre-arbítrio, sob o qual acontece a edificação de si, do próximo e do reino de Deus.

Em se tratando de domínio, é enfático dizer que quando a autoridade civil, o que se espera é que possa fomentar a vida humana, segundo a natureza sob a qual ela foi criada e, com isso, suscitar e “fazer o possível ‘para que as leis e

instituições sejam tais..., que da própria organização do Estado dimanam espontaneamente a prosperidade da nação e dos indivíduos' (Pio XI, 1931, nº I,2).

Porque é esta a realidade do mundo a qual se deve administrar; toda pessoa tem o direito/dever de estar em esponsalidade com o Criador. O domínio não censura o livre-arbítrio ao próximo. É preciso também se permitir, ver e sentir a solidão original que há na vida humana, onde cada pessoa se indaga, sobre a relação humana com a criação e nessa com o próprio Criador.

É natural que o humano crie ferramentas para guiar-se e administrar a criação, enquanto totalidade da obra, mas não como algo que se torna soberano ao seu próprio ser. O Estado, organização social, pode, efetivamente, contribuir para o desenvolvimento participativo e compartilhado, à medida que contribui para fomentar as possibilidades sem, com isso, criar ausência de subsídios às necessidades de outros, de modo que "O Estado, cuja razão de ser é a realização do bem comum na ordem temporal, não pode manter-se ausente do mundo econômico; deve intervir com o fim de promover a produção de uma abundância suficiente de bens materiais, 'cujo uso é necessário para o exercício da virtude'; e também para proteger os direitos de todos os cidadãos, sobretudo dos mais fracos" (João XXIII, 1961, nº 20).

O desejo possessivo das pessoas impregna-se nas estruturas, impossibilitando que o ser humano se torne plenamente "filhos/ben" (Francisco, 2016, nº 14) na relação esponsal com o Criador. Os filhos/ben de Deus são os administradores e cocriadores da Grande nação, uma nação sem os limites geográficos de um Estado, uma nação que se funda sobre a continuidade do gesto de amor de Deus à vida humana na criação.

3.6 A nação dos filhos de Deus

A nação, estrutura socioeconômica, constituída, colabora à medida que possibilita a maturidade da consciência das pessoas, para que essas possam gerir corretamente, as dimensões necessárias ao bem comum, à economicidade, à sociabilidade e à parentalidade da pessoa. O ser humano contribui no desenvolvimento da obra de Deus, na *práxis* de ser o administrador e cocriador, segundo a vontade de Deus.

No Evangelho de Cristo, o ser humano é chamado a edificar-se enquanto ser que é à imagem e semelhança de Deus Criador. A nação dos filhos de Deus é o local onde habita o amor. Consequentemente demanda que os cristãos devam "inserir-se nas suas instituições e trabalhá-las eficientemente por dentro" (João XXIII, 1963, nº 146) com a missão de "impregnarem de retas normas e princípios cristãos uma civilização" (João XXIII, 1963, nº 146), já que "não basta gozar da luz da fé e arder no desejo do bem" (João XXIII, 1963, nº 146).

Assim é possível refletir sobre a ação humana frente à natureza, pois quando o faz "sem abusar e sem danificá-la, pode-se dizer que intervém não para modificar a natureza, mas para ajudar a desenvolver-se, segundo a sua essência, aquela da criação, a mesma querida por Deus" (João Paulo II, 2004, nº 460), essência que ora se desvela, enquanto, essência administrativa.

Trabalhar, por dentro, significa possibilitar que essas estruturas se tornem ferramentas, segundo as vontades humanas, de modo que tudo o que se faz deve ser para salvar a pessoa, porque o que adoece o ser humano é sua capacidade de relação, interdependência, correspondência e alteridade com a obra do Criador.

Assim, cada pessoa que estuda a vida humana e sua relação para com a criação, colabora com o desenvolvimento da criação de Deus, a ciência propicia ao humano reconhecer-se como o administrador e cocriador criado. Quando se enfatiza a essência administrativa, como que um Si de Deus que habita o íntimo humano, quer-se pontuar que, "no fundo é o próprio Deus que oferece ao homem a honra de cooperar com todas as forças da inteligência na obra da criação" (João Paulo II, 2004, nº 460).

É desse e nesse chamado/mandado de Deus, que ao ser humano é possibilitado ser concebido à Sua imagem e semelhança. Quando se enuncia que a pessoa é concebida segundo um chamado/mandado, pontua-se que há o livre-arbítrio e, nesse instante, o ser humano é conduzido a ser uma resposta de si mesmo, a *práxis* segundo aquilo que o ser é.

O ser é concebido, no chamado a Deus e no mandado de Deus, portanto, é um ser convidado a estar em esponsalidade com o Criador e, tornar-se a *práxis* administrativa e cocriadora; o ato do ser humano é então visto enquanto um ato administrativo de Deus na criação. O ser humano é criado por Deus como o administrador e guardião da Criação, e “assim é revelado que Deus coloca sua imagem e sua honra nas criaturas terrestres ‘pessoas’ e, com isso, Ele próprio é trazido para dentro da história dessas criaturas” (Moltmann, 1993, p. 315), ainda que, “O futuro, que o homem cria com sua própria ação, não justifica sozinho ao homem tal como ele é. Pois ele já está sempre justificado por Deus, graças à sentença na qual Deus mesmo se outorga ao homem, com sua santa, incompreensível, inefável infinitude, de maneira que a última obra do homem é também a aceitação da obra de Deus nele” (Rahner, 1969, p. 133).

Assim os “filhos/ben” (Francisco, 2016, nº 14) agem em alteridade e correspondência com a Criação, compreendem sua função de administrar e cocriar a obra de Deus. João Paulo II (1995) referencia a sabedoria de Deus ao formar o humano “para dominar sobre as criaturas a quem deste a vida, para governar o mundo com santidade e justiça” (João Paulo II, 1995, nº 42).

Volta-se a atenção para os termos ‘dominar’ e ‘doméstico’ ambos derivados da palavra latina ‘*domus*’ e daí o Senhor da casa é o ‘*dominus*’. Quando observado sob a perspectiva do ser humano que é à imagem e semelhança de Deus, fica evidente que o agir humano, enquanto o ser que deve dominar, ser o ‘*dominus*’, o senhor da casa, com isso se leva à presunção de que toda pessoa precisa conhecer e envolver-se plenamente, para significar, administrar e cocriar.

Quando se diz ser necessário conhecer o Jardim que se cultiva e guarda, apresenta-se que o humano é também parte desse jardim e, ao mesmo tempo, o é à imagem e semelhança de Deus, isso insere em uma perspectiva de que os humanos são os despenseiros da criação, os cocriadores e administradores dos mistérios de Deus.

É preciso ver a pessoa, como o ser que ela o é, à imagem e semelhança de Deus Criador. Afirma-se que há muito a se fazer para formar a consciência da pessoa, e dessa à formação de uma cultura de paz e desenvolvimento participativo e compartilhado, por isso, “Trata-se, com efeito, de salvar a pessoa do homem e de restaurar a sociedade humana” (Paulo VI, 1965, nº 3).

4. Considerações Finais

Observou-se a necessidade de decolonização da palavra ‘administrador’, bem como a necessidade de inserir-se em um movimento para avançar na compreensão do ser humano como o administrador da obra de Deus. Enfatiza-se o *homo administrator* como pessoa, que em esponsalidade e, mediante a essência administrativa, é *práxis* que fomenta a vontade de Deus, de um ser à imagem e semelhança de seu Criador, para que possa cultivar e guardar a criação.

Há em cada pessoa ‘um si de Deus’ que possibilita a Essência Administrativa no ser humano, o dom primeiro que possibilita que o ser humano exerça sua função, segundo seus dons e, em esponsalidade e livre-arbítrio. Compreende-se que a narrativa suscita a continuidade do assunto proposto, enquanto se torna imanente o convite a uma profunda reflexão sobre o agir, humano, na obra de Deus. Eleva-se à compreensão de que, o ser humano, em esponsalidade com o Criador, é o ato administrativo de Deus no mundo.

Sob essa perspectiva enunciou-se que o domínio conferido ao ser humano é um domínio que se insere sob a sociabilidade, a parentalidade e a economicidade de cada pessoa, por isso se enfatiza que a pluralidade do chamado/mandado de Deus, *que eles dominem*, para que assim, o ser humano possa ser o administrador da obra de Deus.

A nação dos filhos/*BEN* de Deus é nação sem limites geográficos, uma nação que percorre a extensão, profundidade e longevidade do próprio amor de Deus à vida humana, no chamado e no mandado a ser, com o próprio Deus, os administradores da Criação em desenvolvimento.

Observa-se a contingência do Reino e se apresenta que esta é uma criação em desenvolvimento, e que a contingência é um chamado/mandado para o ser humano administre com eficiência, esponsalidade e maestria as necessidades, as possibilidades e os subsídios a disposição na Criação em Desenvolvimento.

Enuncia-se o ser humano como o *homo ad-minister* ao mesmo tempo que se prenuncia os demais artigos para que se possa refletir sobre a narrativa do ser humano como o administrador da Obra de Deus.

Referências

- Bento XVI. (2009). *Caritas In Veritate*: Libreria Editrice Vaticana.
- Bíblia. Português. *Bíblia de Jerusalém. Nova edição revisada e ampliada*: Paulus, 8ª impressão, 2012.
- Braaten, E. C. (1987). *Prolegômenos à dogmática Cristã*. In: Braaten, C. E.; Jenson, R. W. (editores). *Dogmática Cristã*. São Leopoldo, RS: Sinodal. p. 25-94.
- Bruner, J. (2002). *Atos de significação*. (2ª. ed.) Trad. Sandra Costa. São Paulo: Artmed.
- Clandinin, D. J., & Connelly, F. M. (2011). *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU.
- Francisco. (2015). *Laudato Si'*. Roma: Libreria Editrice Vaticana.
- Francisco. (2016). *Amoris laetitia*. Roma: Libreria Editrice Vaticana.
- Hefner, P. J. (1987). *A Criação*. In: Braaten, C. E., Jenson, R. W. (editores). *Dogmática Cristã*. São Leopoldo, RS: Sinodal. p. 273-358.
- Jenson, R. W. (1987). *O Deus Triúno*. In: Braaten, C. E., Jenson, R. W. (editores). *Dogmática Cristã*. São Leopoldo, RS: Sinodal. p. 95-202.
- João Paulo II. (1987). *Sollicitudo rei socialis*: Libreria Editrice Vaticana.
- João Paulo II. (1991). *Centesimus annus*: Libreria Editrice Vaticana.
- João Paulo II. (1995). *Evangelium vitae*: Libreria Editrice Vaticana.
- João Paulo II. (2004). *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*: Libreria Editrice Vaticana.
- João XXIII. (1961). *Mater et magistra*: Libreria Editrice Vaticana.
- João XXIII. (1963). *Pacem in Terris*: Libreria Editrice Vaticana.
- Leão XIII. (1891). *Rerum Novarum*: Libreria Editrice Vaticana.
- Lovo, O. A. (2021). *Potência da razão e as limitações do ato humano: ciência é esponsalidade com o Criador*. Numen - revista de estudos e pesquisa da religião, 23(2). <https://doi.org/10.34019/2236-6296.2020.v23.30874>.
- Lovo, O. A. (2020). *Parentalidade: administrar a vida humana*. Revista de Cultura Teológica, n. 96, maio/ago – XXVIII. DOI: <https://doi.org/10.23925/rct.i96.48682>.
- Millard J. E.; (2011). *Dicionário popular de Teologia*. traduzido por Emerson J. (1ª ed.) rev. Mundo Cristão, São Paulo.
- Moltmann, J. (1993). *Deus na criação: doutrina ecológica da criação*. Tradução: Haroldo Reimer; Ivoni Richter Reimer. Petrópolis: Vozes.
- Paulo VI. (1965). *Gaudium et Spes*: Libreria Editrice Vaticana.
- Pio XI. (1931). *Quadragesimo anno*: Libreria Editrice Vaticana.
- Rahner, K. (1969). *Teologia e Antropologia*. São Paulo, SP: Edições Paulinas.
- Sanches, M. A. (2007). *Brincando de Deus(!) (?): bioética e as marcas sociais da genética*. 1. ed. São Paulo: Ave Maria.
- Sponheim, P. R. (1987). *O conhecimento de Deus*. In: Braaten, C. E., Jenson, R. W. (editores). *Dogmática Cristã*. São Leopoldo, RS: Sinodal. p. 203-272.
- Sponheim, P. R. (1987). *O pecado e o mal*. In: Braaten, C. E., Jenson, R. W. (editores). *Dogmática Cristã*. São Leopoldo, RS: Sinodal. p. 359-454.
- Walter, A. E. (2009). *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*. tradução Gordon C. São Paulo: Vida Nova.